

"*A freguesia de Trás do Morro, já nozza conhecida pela célebre romaria da Trindade, em sua maior parte, é cultivada de cereais, caféeiros, cana, pastagens e vinhas (...). O solo da freguesia ocupa vasta área, toda plana e cortada de culturas, que se irradiam em torno da praça onde se acha a igrejainha, cercada de interessantes habitações, dentre as quais se destacam algumas chácaras com jardins. Em Trás do Morro abundam as hortaliças e as pastagens criadoras, estas cobertas de nédiás vacas crioulas. E seus habitantes fornecem de legumes e leite a capital"* (Virgílio Várzea, 1985).

Centro de Florianópolis, déc. 50. Fonte: Corrêa, 2005.

No início do século XX a construção da **Ponte Hercílio Luz (1922-26)**, trouxe profundas transformações à capital, alterando a hierarquia do sistema viário central, facilitou a entrada de mercadorias e reduziu o trânsito de pequenas embarcações à vela, modificando o panorama humano e comercial do centro, principalmente a beira d'água.

A Bacia do Itacorubi, ainda tinha seu acesso dificultado e população reduzida, sendo então **escolhida para a implantação de atividades não desejadas na área central**, como o cemitério que se encontrava na cabeceira insular da ponte, transferido em 1925 para o bairro do Itacorubi e a Penitenciária Estadual construída no início da década de 1930, entre os bairros da Trindade e Agrônômica.

A estrutura viária concentrava-se principalmente na Trindade e em seu entorno estavam as áreas de maior ação antrópica. A Av. Madre Benvenuta já existia entre a Rua Lauro Linhares e a gruta (atual Av. Henrique da Silva Fontes), bem como a reta das três pontes (atual Av. da Saudade), ligando o centro ao norte da Ilha. Quanto à estrutura fundiária, as propriedades, normalmente, faziam fundo para o mangue, e eram estreitas e alongadas em toda a Bacia.

Com a valorização dos bairros centrais, na década de 1940, as famílias que antes impediam o avanço de arruamentos sobre as suas chácaras, já permitiam que a cidade avançasse sobre suas áreas de lazer na Praia de Fora (atual Avenida Beira Mar Norte). Nesta época, mais uma atividade marginal fora implantada próxima à Trindade, o Abrigo de Menores na Agrônômica, uma das poucas obras públicas da época.

O **Estado e a Igreja Católica possuíam grandes extensões de terras** na Bacia, sobressaindo-se aos proprietários locais. As terras do governo estadual eram fruto de apropriações das terras comunais, prática açoriana muito comum na Ilha até a década de 1940, quando começaram a sofrer um processo de apropriação pelas camadas sociais mais influentes e pelo Estado (Sugai, 1994). Parte das terras apropriadas pelo Estado, foram transformadas na Fazenda Modelo Assis Brasil, um investimento do Governo do Estado na área de desenvolvimento de tecnologias para a criação de gado leiteiro.

Santa Catarina. Ano do **primeiro orçamento**, foram realizados os processos de nomeação de professores e funcionários, e a transferência do patrimônio das faculdades. A Reitoria funcionava na rua Bocaiúva, no centro, numa antiga chácara, e a **instalação da Universidade foi realizada em março de 1962**, com missa solene e cantada na Catedral Metropolitana após Sessão solene de instalação no Teatro Álvaro de Carvalho, local da primeira Assembléia Universitária e da primeira Aula Magna (LIMA, 2000).

Era necessário dar condições de estudo ao corpo discente enquanto o campus era planejado, para solucionar o problema foram construídos muitos prédios no centro, onde as faculdades já funcionavam em suas respectivas sedes. Quanto à escolha do **local do campus**, após muitas discussões, e mesmo com posições contrárias, o Conselho Universitário decidiu pela construção na **Trindade**.

A polêmica envolveu não somente os membros do Conselho Universitário, mas também os setores mais influentes da cidade, pois desde a década de 1950, a elite local já demonstrava interesse em ocupar a **área a leste do Morro da Cruz** (Sugai, 1994). Mesmo sendo um local muito bonito, obrigaria obras de canalização e drenagem, o terreno alagadiço exigia estaqueamento profundo para as construções, os acessos eram de barro, não havendo quase condução coletiva, os serviços de água e luz eram precários e não havia esgoto.

Diante das limitações infra-estruturais a universidade buscou construir um campus auto-suficiente, dotado de infra-estrutura e serviços para atendimento das necessidades da comunidade universitária e dos usuários em geral. Assim, o **campus foi implantado para dentro de si próprio**, mantendo uma postura de isolamento com relação ao espaço urbano, suas imediações eram um espaço por se fazer a partir da própria dinâmica da universidade (UFSC, 1998).

Prendia-se construir um campus médio, para no máximo 10.000 estudantes, e quando houvessem mais vagas, novos campi seriam

construídos, evitando modelos concentrados. Do plano de 1956 foi mantido apenas o traçado dos eixos viários principais, uma vez que a universidade não possuía corpo técnico com atribuições específicas, foi encomendado à Divisão de obras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, um novo plano, o **"Projeto Piloto do Campus da Universidade de Santa Catarina"**, de 1964, que deu diretrizes básicas de zoneamento e ocupação do solo, seguindo o traçado delimitado pelos eixos viários internos e pelos cursos naturais das águas.

O *ideário* brasileiro da **reforma urbana**, também se colocou como uma alternativa ao planejamento regulatório, tendo como objetivos melhorar a qualidade de vida da população, aumentar a justiça social e **democratizar a gestão e o planejamento das cidades**.

O debate sobre a reforma urbana, uma das reformas de base do governo de João Goulart (1961-64), foi brutalmente interrompido pelo golpe militar, no entanto, a partir da segunda metade da década de 70, os ativismos urbanos foram sendo retomados, e o debate sobre a reforma se transformou num ideário mais amplo (agregando à questão da moradia, temas como transporte público, instrumentos para coibir a especulação imobiliária, regularização de favelas, entre outros), ganhou força e a mobilização culminou na composição do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), integrado por diversos tipos de entidades (ativismos de bairros, movimentos sociais, entidades profissionais e grupos acadêmicos).

Com a abertura política era necessária uma nova Constituição, sendo aberta a possibilidade de participação u pouco mais direta da sociedade civil, através das emendas populares (propostas de leis feitas pela sociedade que poderiam ser apresentadas, desde que acompanhadas de pelo menos trinta mil assinaturas de eleitores e apoiada por três entidades). O MNRU apresentou uma emenda popular da reforma urbana (com 130.000 assinaturas), que foi emagrecendo no decorrer das votações no Congresso Federal, seu conteúdo diluído está presente nos **artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988**, que estabelece os instrumentos para a garantia, no âmbito de cada município, do direito à cidade e do cumprimento da função social da cidade e da propriedade.

Em 2001, foi aprovado o **Estatuto da Cidade** (Lei Federal nº 10.257) que regulamenta estes artigos da Constituição, estabelecendo parâmetros e diretrizes da política urbana no Brasil. A **Gestão Democrática das Cidades**, é tratada no capítulo IV, que traz instrumentos para participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da sociedade, de modo a garantir o controle direto das atividades de planejamento e gestão, e o pleno exercício da cidadania. Estabelece que os poderes Legislativo e Executivo garantirão, em todo o processo, a participação dos vários segmentos da sociedade, a publicidade e o acesso a qualquer interessado aos documentos e informações produzidos; e que o prefeito incorre em improbidade administrativa, se não garantir que o Plano Diretor seja cumprido.

O **Plano Diretor** é o instrumento básico de orientação da política de desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana no município, definindo as condições a que **a propriedade deve conformar-se, para que cumpra sua função social**. Formalizado como Lei Municipal, é discutido e aprovado pela Câmara de Vereadores e sancionado pelo Prefeito, sendo um pacto entre a sociedade e os poderes Executivo e Legislativo. O Planejamento Participativo pretende que diferentes segmentos da sociedade participem das atividades de planejamento e gestão das políticas urbanas e territoriais e que as decisões sejam um trabalho compartilhado. Dentre os instrumentos, as audiências públicas e debates para definir a metodologia de elaboração, possibilitam a participação popular em todas as etapas definidas para discussão. O processo é coordenado por um **Núcleo Gestor**, composto de representantes do poder público e da sociedade civil, que **deve expressar a diversidade de todos setores sociais atuantes no município**. Cabe a ele preparar, conduzir e monitorar a elaboração do Plano Diretor.

Em 2003, a criação do **Ministério das Cidades** contemplou uma antiga reivindicação popular, competente pela Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito, em consonância com os municípios, estados e demais poderes (legislativo e judiciário) além da participação da sociedade civil (movimentos sociais, ONGs, setores privados, organizações de classes) visando a coordenação e a integração dos investimentos e ações. As Conferências das Cidades , fazem parte da estrutura do Ministério, sendo os momentos de discussão das propostas, cada uma dá diretrizes para sua respectiva instância (Municipal, Estadual e Nacional) e elege delegados para a instância seguinte. O Conselho das Cidades é eleito na Conferência Nacional.

Dentre os diversos **equipamentos de grande porte** implantados na Bacia, destacam-se: Centro de Treinamento da EPAGRI (1964); Secretaria da Agricultura (1975); CIASC – Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A (1975); Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (1975-77); TELESC –Telecomunicações de Santa Catarina (1976); construção e instalação do Centro de Ciências Agrárias – CCA/UFSC, (1977) e da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – UDESC (1978); CIDASC - Centro Integrado de Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina (1982); EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Difusão Tecnológica de Santa Catarina (1986); CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina (1990); Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA e Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC.

Em 1969 a Área de Preservação Permanente do **Manguezal do Itacorubi** foi cedida à UFSC pela União, sob forma de utilização gratuita, com responsabilidade pela fiscalização e manutenção da área. A medida não impediu novos aterros e a implantação de atividades como o **lixão**, que recebeu toneladas de lixo doméstico e hospitalar, entre 1978 e 1990 (atualmente funciona como estação de transbordo do lixo que vai para o município vizinho de Biguaçu).

Estes empreendimentos deslocaram considerável população para a Trindade, favorecendo a intensificação dos **parcelamentos e loteamentos**, e consolidando um novo setor urbano. Destacam-se os loteamentos Jardim Santa Mônica, Jardim Anchieta e Parque São Jorge. Os arruamentos descontínuos e pouco permeáveis, sobrecarregaram a estrutura anterior, dificultando a orientabilidade e a apropriação dos espaços, exigindo **novos acessos rodoviários e o melhoramento das vias antigas**.

Em 1973-74, as principais vias da Bacia foram pavimentadas, dentre elas, a SC-404 (Itacorubi, acesso à Lagoa), Rua Dep. Antônio Edu Vieira (Pantanal), SC-401 (acesso ao norte). As vias que foram calçadas nesta época foram pavimentadas na década seguinte, como a Rua João Pedro Duarte e Silva (Córrego Grande), Av. Madre Benvenuta (Santa Mônica), Avenidas César Seara e Desembargador Vitor Lima (Carvoeira). Entre 1977 e 1982 o Governo do estado construiu a Via de Contorno Norte, sobre aterro, para substituir os antigos acessos à Bacia e norte da Ilha. Composta de cinco avenidas, (via expressa) liga as pontes à UFSC, com derivação para o norte na Av. da Saudade.

Pracça da Cidadania e Praça Santos Dumont. déc.90. Fonte: UFSC, 1998.

Bacia do Itacorubi. Ao fundo, Itacorubi. 2005. Foto da autora.

apartamentos, para abrigar a crescente população de estudantes e trabalhadores, situação que permanece e ganha força.

Em **1982** o IPUF fez uma **revisão do Plano Diretor** do Distrito Sede, buscando controlar o processo de crescimento, além de definir limites à implantação das edificações, criou exigências maiores quanto a localização das atividades, ao parcelamento do solo, à ocupação das áreas verdes e em declives e restringiu a verticalização. Na aprovação, foram excluídas a área central e continental, ficando restrito aos bairros: Trindade, Pantanal, Córrego Grande, Itacorubi, Saco Grande, Saco dos Limões e Costeira do Pirajubaé (Sugai, 1994).

Quanto ao **mangue**, em 1987 foi realizado um Seminário Interno na UFSC, que propôs a transformação de área em Reserva Biológica do Itacorubi, proposta que nunca se concretizou, estando em estudo sua transformação em Parque Urbano. Este sistema encontra-se cada vez mais pressionado pela **ocupação urbana**, e novos empreendimentos de porte surgiram em suas imediações, como a recente construção de um shopping.

Na **década de 1990**, a UFSC já estava totalmente consolidada no Campus da Trindade, com o pleno funcionamento das

atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços à comunidade (UFSC, 1998), e a Bacia, cada vez mais consolidada como pólo de atração urbana, tanto para aqueles ligados diretamente a UFSC e demais órgãos públicos, quanto para pessoas que escolheram morar e investir nestes bairros.

Novos investimentos em **infra-estrutura viária** foram realizados: dentro da Bacia, como o elevador do Centro Integrado de Cultura (CIC) e mais recentemente o elevador do Itacorubi (ambos nos extremos da Avenida da Saudade); de acesso à Bacia, o túnel do Morro do Penhasco e a Via Expressa Sul, construída no aterro do Saco dos Limões. Outras obras, em função de desacordos entre planejadores e comunidade, estão a espera de consenso, caso da Rua Dep. Antonio Edu Vieira, último trecho, ainda de pista simples, entre a Beira Mar e a Via Expressa Sul.

Recentemente, medidas paliativas e pontuais, como pequenas duplicações, foram tomadas em alguns locais específicos de vias da Bacia, mas os **congestionamentos são cada vez maiores**, especialmente em alguns horários e próximos a pólos de geração de tráfego, como as universidades, escolas, empresas e locais de intensa concentração de comércio, que hoje não mais se restringem a Rua Lauro Linhares. Constata-se também que o sistema viário não propicia segurança à população, devido à deficiência na sinalização, ausência de ciclovias e locais de intenso movimento, precariedade dos passeios de pedestres, falta de mobiliário urbano e de arborização na maioria das vias (Santos, 2003).

O número de residências multifamiliares cresceu muito nos últimos anos, atendendo a demanda de trabalhadores e estudantes, uma vez que a universidade não possui alojamentos que atendam todos seus alunos. Muitos destes prédios estão sendo construídos em terrenos que se mantiveram desocupados e com garbaritos muito elevados, o que só faz aumentar os problemas derivados da falta de infra-estrutura e tráfego.

planejamento urbano

O **urbanismo** busca resolver os problemas da cidade dentro dos padrões da ciência ocidental. Choay (1979) o classifica em duas correntes: os culturalistas e os progressistas, que buscaram ordenar a cidade industrial com objetivos e propostas físico-espaciais diferentes, porém ambos, partindo de situações idealizadas, apoiando-se nas ideias de desenvolvimento econômico e social. No Brasil, após a Proclamação da República (1889), as "cidades planejadas" e os primeiros Planos Diretores marcaram o início da intervenção estatal sobre as cidades. Destacando-se a primeira cidade planejada, Belo Horizonte (1897), Reforma Passos no Rio de Janeiro (1902-06), construção de Goiânia e o Plano Agache do Rio de Janeiro na década de 30. O urbanismo racionalista ou funcionalista, pautado na Carta de Atenas e nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs), foi decisivo na prática urbanística brasileira, sendo notável a influência do arquiteto Le Corbusier tanto em obras arquitetônicas como no projeto de Brasília, capital federal.

O conceito de **planejamento urbano** é produto da crítica formulada ao urbanismo durante a sua aplicação, surgiu na sociedade capitalista durante a sua passagem para a etapa monopolista, época da ampliação a intervenção do Estado na economia (Rizzo, 1993). Tem como finalidade a tomada de decisões que conduzirão os processos urbanos às metas e objetivos pré-estabelecidos. É constituído de procedimentos racionais, estudando o contexto segundo uma visão processual permitindo novas metodologias de investigação fundadas em conhecimentos sociológicos, tecnológicos, econômicos e físico-espaciais. Este estudo define os problemas para posterior proposição de soluções, almejando controlar os processos urbanos.

No Brasil nasceu e se fortaleceu durante o regime militar que se instalou com o golpe de 1964 (e durou até 1985) e tinha como objetivo, ordenar a cidade para facilitar as ações dos diferentes capitais, especialmente, imobiliário e industrial. Durante o regime, foram criadas diversas instituições voltadas ao planejamento e tratamento dos problemas urbanos, que também tinham como objetivo a implantação das regiões metropolitanas nacionais e regionais e dos pólos secundários com núcleos urbanos de apoio, para desconcentração intra-regional do "sistema urbano" dominante na região sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte).

Esta política tinha objetivos específicos para cada região do país e sua assimilação foi rápida nos órgãos municipais, estaduais e meios acadêmicos, em função do processo repressivo e da quantidade de recursos disponíveis. O setor imobiliário foi dinamizado (crescimento da construção civil), havendo significativo aumento das conurbações, criando novas necessidades de ação dos municípios, no entanto, a União era praticamente a única possibilidade de custeio do planejamento local e regional.

Nos anos 90, o planejamento regulatório e centralizado, se enfraquece, porque os governantes não querendo, ou não podendo arcar com os elevados custos dos investimentos públicos, passaram a buscar cada vez mais, atrair investidores particulares para seus municípios. Assim, começa a ganhar força no Brasil *"um planejamento que poderíamos chamar de 'mercadoólio' (... ainda mais simpático e acrílico perante os interesses capitalistas que o planejamento regulatório clássico (...)) sua preocupação é menos com o 'ordenamento' do espaço urbano que com o aumento da competitividade econômica da cidade"* (Souza, 2004: 53). Este planejamento tem se utilizado dos chamados **"planos estratégicos"** em detrimento dos planos diretores. Diferentemente dos planos diretores, estes planos não são uma lei que possui regras e instrumentos que servem à organização espacial, mas sim, um conjunto de metas, esboços de programas e grandes obras arquitetônicas e projetos urbanísticos a serem concretizados, portanto, não são, e nem poderiam ser, substitutos dos planos diretores.

os olhos da rua



São necessárias algumas observações quanto à obra *Morte e vida de grandes cidades*, em que Jacobs (2000) ao analisar e criticar o planejamento tecnocrático, de zoneamento extremamente individualizado quanto aos usos e o urbanismo de autor, faz uma verdadeira e pioneira **"apologia da rua"**, escrevendo sobre situações comuns e cotidianas, sobre o funcionamento da cidade,

descreve diferentes princípios de projeto. A autora, apresenta as **calçadas como locais**:

de segurança, que pode ser gerada pela presença de desconhecidos, desde que a rua apresente três características, (1) tenha nítida a separação entre espaço público e espaço privado; (2) existam olhos para a rua, especialmente dos proprietários dos estabelecimentos comerciais e moradores, e (3) a calçada deve ter transeuntes todo tempo, para aumentar o número de olhos atentos. O requisito básico da vigilância é um número substancial de estabelecimentos e locais públicos ao longo das calçadas, também utilizados a noite, que deem motivos para sua utilização, lembrando que a presença de pessoas atrai outras mais.

de contato, em sua maioria triviais, mas cuja soma resulta na compreensão da identidade pública das pessoas, uma rede de respeito e confiança mútuos, e a garantia de um apoio eventual. Essa confiança é essencial, seu cultivo não pode ser institucionalizado e acima de tudo, não pode implicar num comprometimento pessoal.

de integração entre pessoas de diferentes idades e atividades, cidadãos que assumem responsabilidade pelo que acontece na rua, ensinamento este que é dado continuamente às crianças que usufruem da vida pública nas calçadas. São importantes espaços de recreação informal para crianças e adolescentes, atividade que não requer a existência de equipamento rebuscado, mas sim, um espaço num local conveniente e interessante.

As ruas tradicionais, são para Jacobs, a situação ideal de vizinhança, para valorizar e estimular este padrão, sugere **4 geradores de diversidade urbana que devem estar associados**:

usos principais combinados: dois ou mais, que garantam a presença de pessoas nas ruas em diferentes horários do dia, exercendo diferentes atividades (nas mesmas ruas). *Característica marcante da área (universidade, hospital, comércio, serviços e residências), deve ser mantida.*

quadras curtas: como oportunidades de virar esquinas e a possibilidade de realização percursos diversos para chegar a alguma atividade. *Há diversas esquinas, a cada 100 ou 200m, que proporcionam diversas possibilidades de trajetos.*

prédios antigos, combinação de edifícios com idades e estados de conservação variados. *Os prédios (em toda a Bacia) são de diferentes épocas, formando interessantes composições. Uma regra é válida, quanto mais alto, mais recente sua construção.*

concentração de pessoas: ao longo do dia, e por diferentes propósitos (moradia, compras, estudos). *Durante a semana essa variedade é notável, mas nos fins de semana as atividades se restringem ao comércio e poucas atividades na UFSC.*

A multiplicidade de escolhas que as cidades proporcionam, é estimulada pela combinação de usos e só pode ser aproveitada através de boas condições de deslocamento. Para que os carros tenham circulação facilitada, ruas são transformadas em espaços imprecisos e sem sentido para os pedestres, **num ciclo vicioso, quanto mais carros, maior a necessidade de seu uso e de espaço**.

participação cidadã



Planning for real

Para termos um planejamento realmente democrático, a **participação dos cidadãos é fundamental na definição dos objetivos e diretrizes**, seja de forma institucionalizada ou por iniciativa da própria população. Dentre muitos métodos europeus, destacamos dois, o modelo das células de planejamento (apresentado como uma situação ideal, que exige investimentos e comprometimento do poder público); e o método do *planning for real*, apresentado como uma alternativa de participação informal para a realização deste trabalho .

Células de planejamento e parecer popular (Alemanha) é um modelo desenvolvido pelo sociólogo alemão Peter C. Dienel, eficaz em situações que exigem consenso e para avaliação de diferentes alternativas, carecem de investimentos altos, por necessitarem mediação externa e intenso processo preparatório, mas o esforço tem compensado, as experiências demonstram alto grau de aceitação dos resultados obtidos (Trütken, 2004).

Depois da seleção aleatória de um grupo de aproximadamente 25 cidadãos, licenciados do seu trabalho por tempo determinado, são montadas pequenas equipes, em permanente rodízio, para elaborarem propostas de soluções para um problema de planejamento pré-estabelecido. Durante o trabalho são assistidos por uma equipe de mediadores e recebem de especialistas e pessoas envolvidas com o problema, as informações (controversas) necessárias. Os resultados são apresentados em forma de resumo contido em um parecer popular que é encaminhado às instâncias políticas e decisórias. É um instrumento de grande valia para todos os envolvidos, **para os planejadores é uma oportunidade de entender as ideias e conceitos estéticos dos usuários e de informar melhor os participantes sobre o seu trabalho**. Sem dúvida, um planejamento mais voltado aos interesses da população.

O problema, as informações (controversas) necessárias. Os resultados são apresentados em forma de resumo contido em um parecer popular que é encaminhado às instâncias políticas e decisórias. É um instrumento de grande valia para todos os envolvidos, **para os planejadores é uma oportunidade de entender as ideias e conceitos estéticos dos usuários e de informar melhor os participantes sobre o seu trabalho**. Sem dúvida, um planejamento mais voltado aos interesses da população.

"Planning for real" (Grã-Bretanha) é uma marca registrada da The Neighbourhood Initiatives Foundation (Fundação das Iniciativas de Vizinhança), especializada na formação e desenvolvimento da participação comunitária, envolvendo autoridades locais, associações de moradores, entidades e grupos comunitários. Através de ações simples e eficazes buscam envolver os moradores nas decisões sobre a cidade além de fornecer assistência técnica e jurídica, utilizando abordagens visuais para estimular a reflexão e avançar nas propostas.

Algo como, **planejando para a realidade**, é um processo de consulta comunitária. Depois do contato com os agentes locais, apresentação do método e discussão sobre as questões de conflitos ou necessidades, é confeccionado um modelo tridimensional do local de intervenção, geralmente por crianças em escolas locais, em escala 1:300. **A maquete ajuda na "apropriação" do local de projeto e contextualização dos espaços e percursos**. Os eventos de discussão são realizados em locais convenientes para a população, sempre que necessários, as propostas são escritas em cartões e dispostas em torno da maquete, onde serão colocadas pelos participantes, indicando o que e onde querem, cartões em branco são dispostos, incentivando as pessoas a escreverem outras sugestões. Depois de discutidas, as propostas são priorizadas e classificadas em *Now, Soon e Later* (agora, em breve e mais tarde), formulando um Plano de Ação para efetivação das decisões tomadas durante o processo.

Sobre Florianópolis, destacamos duas experiências de formulação de propostas comunitárias como alternativas a planos municipais, lançando um olhar sobre os processos enquanto diálogos entre técnicos, poder público e comunidades; a atual **revisão do Plano Diretor**, participativa por força de lei, também merece destaque.

A **Planície do Campeche** (maior da Ilha) foi objeto de um plano elaborado pelo IPUF e enviado à Câmara em 1992, quando seu debate em plenário ficou adiado por pressão da comunidade, para uma avaliação dos moradores. Em 1994 o plano foi reapresentado pelo órgão competente aos moradores, que em 1996 solicitaram a suspensão da tramitação do projeto na Câmara e sua discussão. Em 1997, quando o projeto foi reapresentado, dividido em planos específicos, a comunidade decidiu analisar os planos (94 e 97) com vistas à elaboração de novas propostas e diretrizes, contidas no **"Dossiê Campeche"**, que foi elaborado a partir do **"I Seminário Comunitário de Planejamento"** (out./1997). Meses depois, nasceu o Movimento Campeche Qualidade de Vida (MCQV). Em março de 1999, o plano do IPUF foi encaminhado à Câmara (em 14 projetos de Lei) e os moradores iniciaram reuniões semanais, seguidas de reuniões dos representantes com os técnicos do IPUF, que após três meses de

encontros quinzenais, não chegaram a um consenso. A elaboração de um plano alternativo a partir do "Dossiê Campeche" foi decidida em Assembléia Comunitária, e realizada em **Oficinas Comunitárias**, itinerantes, realizadas durante dois meses, em diferentes lugares públicos da planície, semanalmente e aos sábados. O **Plano Comunitário** e os Projetos de Lei Substitutivos para aprovação da Câmara foram aprovados em assembléia. O plano foi entregue para apreciação da Câmara em março de 2000, mas nunca foi votado.

O processo ocorrido em **Inglese Sul Santinho**, norte da Ilha, foi muito semelhante ao descrito anteriormente, sendo o Movimento Ilhativa o representante da comunidade, que organizou reuniões e participou nos fóruns democráticos da cidade e teve como parceiros a Escola Técnica Federal e a UFSC. Em maio de 1999 o plano do IPUF foi apresentado aos moradores, recusado por unanimidade desencadeou reuniões comunitárias semanais (abril/1999 a dezembro/2000). Os pareceres técnicos elaborados por diversos Departamentos da UFSC, vieram de encontro às opiniões que o movimento já expressava: um dossiê foi entregue à Câmara em set./1999. No início do ano seguinte a tramitação do plano do IPUF foi suspensa até a finalização da proposta da comunidade, que obteve 45 dias para apresentar proposta substitutiva. Com auxílio do DAU/UFSC através de projeto de extensão, foram realizadas **Oficinas Comunitárias e Interfases de Planejamento**, baseadas na troca de saberes e vivências entre acadêmicos e representantes da comunidade, e na construção do conhecimento sobre a realidade concreta. A proposta foi aprovada em assembléia em abr./2000, apresentada a Câmara em jun., e em dez., o Movimento Ilhativa protocolou um substitutivo ao projeto de lei, que até hoje não foi aberto para discussão com o poder legislativo.

O processo do **Plano Diretor Participativo** foi deflagrado em 2006 (ano limite para adequação ao Estatuto da Cidade) e por pressão dos movimentos sociais foram incluídos ao Núcleo Gestor um representante de cada distrito da cidade. Desde então reuniões distritais, seminários, oficinas e **discussões foram promovidas pelos diversos setores da sociedade**, para definição de diretrizes e propostas. No início de 2008 foram realizadas Audiências Públicas Distritais para votação das propostas, e no início de julho na primeira Audiência Pública Municipal foram apresentadas as propostas e diretrizes votadas nos distritos. O processo de discussão continua em andamento, estando prevista mais uma Audiência Pública Municipal, para votação das diretrizes e propostas, antes do plano ser submetido à Câmara de Vereadores.



Planning for real